

A direita no Cone Sul: dinâmicas de poder nos partidos políticos de Argentina, Brasil e Chile

Bruno Bolognesi¹

Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Centro Interdisciplinar de Relações Internacionais e Integração

Equipe

Adriano Nervo Codato (docente na Universidade Federal do Paraná – UFPR)

Renato Monseff Perissinotto (docente na Universidade Federal do Paraná – UFPR)

Luciana Fernandes Veiga (docente na Universidade Federal do Paraná – UFPR)

Stéphanie Alenda (Directora de la Escuela de Sociología de la Universidad Andrés Bello, Chile)

Gabriel Vommaro (Investigador-docente en la Universidad Nacional de General Sarmiento).

Oswaldo Martins Estanislau Amaral (docente na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp).

Soraia Marcelino Vieira (docente da Universidade Federal Fluminense – UFF)

Pedro José Floriano Ribeiro (docente da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

Lucas Massimo Tonial Antunes de Souza (doutorando em no Programa Pós-graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná)

Luiz Domingos Costa (doutorando em no Programa Pós-graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná)

Mariana Werner Lemos (Mestranda no Programa Pós-graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná)

Projeto de pesquisa apresentado a
Chamada MCTI/CNPq N° 14/2014

junho de 2014

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com período sanduíche na University of Oxford. Professor de Ciência Política na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila); Editor associado da Revista de Sociologia e Política (www.scielo.br/rsocp), editor executivo da Paraná Eleitoral: revista de direito eleitoral e ciência política; Pesquisador do Observatório de Elites políticas e sociais do Brasil (<http://observatory-elites.org/>) e do Centro de Estudos dos Partidos Políticos Latino-americanos (CEPLA/UFSCar). Atualmente coordena o SPG “Partidos e Sistemas de Partidos” na ANPOCS.

Resumo:

A pesquisa propõe um estudo comparativo sobre os novos e antigos partidos de direita de Argentina, Brasil e Chile, surgidos no recente contexto de governos de esquerda na região. O objeto será composto pelo PRO e Demócrata de Mendoza na Argentina, DEM, PTB, PP, PSC, PR e PSD no Brasil e UDI, RN e Evópoli no Chile. Em função das relações com o ambiente – os novos atores políticos e as novas agendas como políticas de inclusão e defesa do meio ambiente – e do caráter altamente informal da organização partidária na região, a hipótese de trabalho mira a dinâmica interna e a constituição dos líderes como o caminho mais apropriado para analisar as posições desses partidos no interior de cada sistema político. Para isso, propõe um survey comparado para captar as relações de poder, o recrutamento político e as conexões com o ambiente externo. A pesquisa pretende contribuir para o amadurecimento da pesquisa comparativa sobre partidos na região e aprofundar o conhecimento sobre a natureza da política partidária na América Latina.

Palavras-chave: direita; partidos políticos, organização partidária; América Latina; novos partidos.

Abstract:

The research propose a comparative analysis on the old and new right-wing parties in Argentina, Brazil and Chile which came forward in the left-wing governments that had recent uprising in the region. The object is constituted by PRO and Demócrata de Mendoza in Argentina, DEM, PTB, PP, PSC, PR and PSD in Brazil and UDI, RN and Evópoli in Chile. Due to the relations regarding the political environment – political new actors and new issues in the agenda setting, as social inclusion policies and environmentalism – and the informal party organization character, the working hypothesis focuses on the dynamics within the parties and the leader's formation as ideal research design to understand party's positions inside every political system. In that sense, a comparative survey will be built to perceive power relations, the political recruitment and the connections with the political environment. This project tries to contribute to the field of comparative political party's research in the region and deepen what we know about party politics in Latin America.

Key-words: right wing; party organization; political parties; Latin America; new parties

1. Identificação da proposta

1.1. O problema empírico

Desde a ascensão da ala chamada progressista ao poder na América Latina, alguns estudos têm investido seus esforços em compreender a razão disso. As vitórias presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef no Brasil, Michele Bachelet no Chile, Néstor e Cristina Kirchner na Argentina, José Mujica no Uruguai, Evo Morales na Bolívia, Hugo Chávez e Nicolás Maduro na Venezuela e Rafael Correa no Equador, estimularam muitos politólogos investir esforços de pesquisa na explicação do ressurgimento da esquerda na América Latina (Silva 2011; Cleary 2006; Lanzaro 2008; Levitsky & Roberts 2011; Hershberg & Cameron 2010; Weyland et al. 2010; Weyland 2009; Panizza 2005). Por um lado, governos de democracias mais consolidadas, como Brasil, Uruguai e Chile, foram classificados como de “esquerda moderada”; já seus pares Venezuela, Equador, Argentina e Bolívia foram enquadrados dentro da terminologia de “esquerdas populistas” ou “radicais” (Levitsky & Roberts 2011; Weyland 2009). Mesmo assumindo que existam diferenças entre as naturezas dos governos, da base partidária e da forma de acesso ao poder (se através da democracia liberal ou popular), esse fenômeno unificou-se no que comumente se denominou como “maré rosada” da América Latina e Caribe, onde boa parte da população compartilhou por quase duas décadas a predominância de governos de esquerda.

O fenômeno ideológico da direita política atingiu seu ápice em fins dos anos 1970 e começos dos anos 1980 com os governos Margareth Thatcher (1979), no Reino Unido, e Ronald Regan (1981) nos Estados Unidos. Tratou-se da chamada “era do conservadorismo” (Alves 2000, p.189). Ao final dos anos 1980 esse bloco político tomou conta também da América Latina, especialmente no Peru, na Argentina e no Brasil (Alves 2000; Oliveira & Benetti 2014). Tradicionalmente a direita sempre esteve associada ao projeto de liberalização do mercado e redução – ou extinção, para os seus setores mais radicais – da intervenção do Estado na economia. Por outro lado, esta tradição esteve também associada aos princípios liberais de democracia, com participação limitada dos cidadãos e com uma postura social ligada ao conservadorismo, inspirados no pensador político irlandês Edmund Burke. Na América Latina, no entanto, a direita assumiu uma face moralizadora e autoritária, numa reação aos movimentos socialistas da década de 1960. O início dessa hegemonia pode ser datada a partir do golpe militar de 1964 no Brasil. Mas foi apenas nos anos 1990 que a direita

política, a partir do receituário neoliberal, assumiu uma face mais moderna. Após a “maré rosada” dos anos 2000, a direita na América Latina, embora guarde traços de semelhança com sua irmã da era conservadora, traz consigo uma nova concepção de mundo, amplamente baseada nas críticas aos processos implantados pelas esquerdas que governam ou governaram o continente (Panizza 2005, p.730).

Reid (2007) sustenta que o predomínio neoliberal durante duas décadas – 1980-1990 – na América Latina e as transformações profundas que causou no ambiente político e econômico propiciou o contexto ideal para o surgimento de regimes de centro-esquerda e esquerda preocupados em estabelecer mudanças voltadas à redução das desigualdades sociais no continente. Após quase vinte anos da esquerda no poder, ouvimos algum ruído sobre uma “nova direita” nestes países, especialmente no Brasil, na Argentina e no Chile.

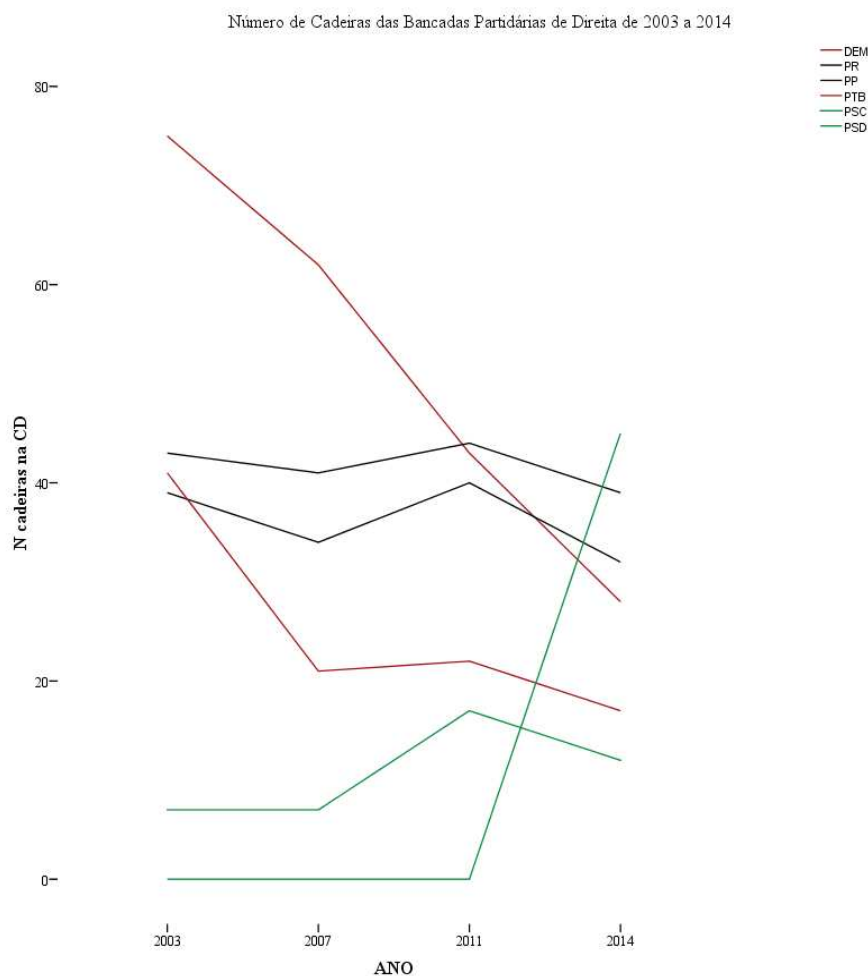
Por enquanto, a existência dessa “nova direita” é apenas uma hipótese. Codato, Costa e Cervi (2013) indicaram uma mudança importante no perfil social da direita no Brasil. Se no primeiro período democrático (1945-1964) os partidos de direita eram integrados em sua maioria por proprietários rurais da região nordeste, agora (na atual legislatura, 2011-2014) se observa um crescimento de empresários e de pastores evangélicos do sudeste neste mesmo setor do espectro ideológico.

No Brasil, o surgimento de um novo partido, o PSD (Partido Social Democrático) encabeçado por Gilberto Kassab (dissidente do DEM), o crescimento do PSC (Partido Social Cristão) representando a comunidade evangélica e o transformismo do antigo Partido da Frente Liberal (PFL) em Democratas (DEM) deram novo fôlego para a direita no País. O gráfico abaixo apresenta a evolução das bancadas dos partidos de direita na Câmara dos Deputados de 2003 até 2014. Note-se que foram considerados apenas os partidos que obtiveram mais do que 3% de representação parlamentar, ou seja, os chamados partidos nânicos foram desconsiderados.

A bancada de direita que perde cadeiras com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder conta com 205 cadeiras em 2007. Em 2011 diminui para 165 assentos, mas em 2014 apresenta 173 deputados². É um aumento paulatino que não restaura a posição anterior, mas aponta alguma reação desse setor político.

² A Câmara dos Deputados no Brasil é composta por 513 membros.

Gráfico 1.



Fonte: Observatory of social and political elites of Brazil, <http://observatory-elites.org/>

O gráfico acima representa a evolução na quantidade de cadeiras que cada um dos partidos classificados como de direita no Brasil³ ocupou ou estão ocupando na atual legislatura na Câmara dos Deputados.

Se mirarmos apenas os partidos tradicionais de direita, (como o PFL/DEM⁴, o PPB/PP, o PTB e o PL/PRONA/PR) observamos que mesmo estes partidos tomaram um caminho diverso para sobreviver politicamente. PTB, PP e PR aderiram à base governista,

³ A partir de Zucco (2009) e Madeira e Tarouco (2011).

⁴ O PFL teve seu nome alterado em 2007 numa tentativa de renovar sua imagem, seus quadros e voltar a ser a terceira força política do país. O PPB alterou seu nome para PP em 2003 para que o mesmo pudesse fazer parte da coalizão de governo junto ao PT. O PR resulta de uma fusão entre PL (partido tradicional do empresariado) e do PRONA (tradicional partido de extrema-direita) em 2006, de modo que o mesmo pudesse romper a cláusula de barreira de 3% na Câmara dos Deputados e prosseguir compondo a coalizão de governo com o PT.

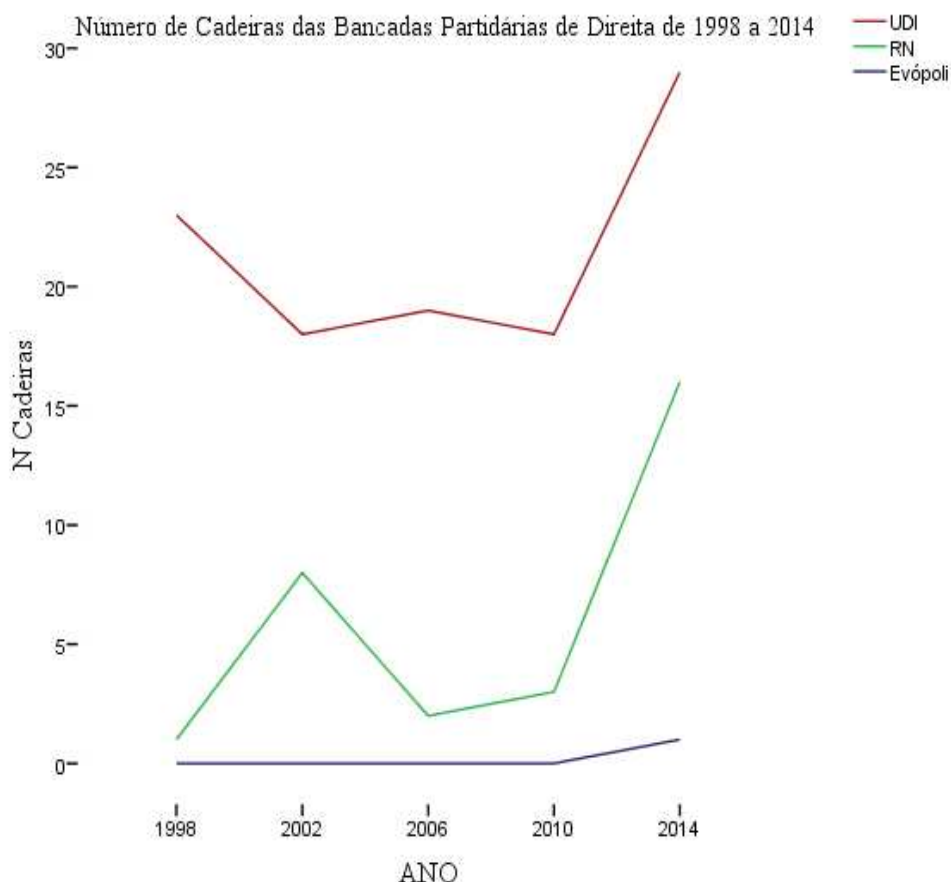
aceitando as políticas sociais dos governos Lula e Dilma – como o Programa Bolsa Família e o programa Minha Casa Minha Vida. Ao mesmo tempo, estes partidos perderam cadeiras, mas sua queda foi pouco acentuada (linhas pretas no gráfico). O único partido da direita que não formou parte da coalização governista foi justamente o que teve a maior baixa em sua bancada, o PFL/DEM, seguido pelo PTB (que rompeu com o governo), como se pode observar pelas linhas vermelhas no gráfico. Já os “novos” partidos de direita, representados pelas linhas verdes no gráfico, PSC⁵ e PSD, tiveram um crescimento global muito grande durante sua participação na coalizão de governo. O PSD foi o principal vetor das quedas de bancada entre seus pares no período 2011-2014. O partido foi criado como uma dissidência do DEM de onde vem o seu presidente, mas arrastou deputados de vários outros partidos do mesmo espectro ideológico, como PP, PTB, PSC.

Esse fenômeno de retomada da direita não se restringe somente ao Brasil. No Chile a direita tradicional sempre foi liderada pela UDI (Unión Demócrata Independiente) e pela RN (Renovación Nacional) (Alenda & Sepúlveda 2009). Esses dois partidos compuseram o campo da direita e da situação, inclusive no interstício do governo Bachelett, quando Sebastián Piñera, eleito pela RN, governou o país de 2010 a 2014. Recentemente foi criado o Evolución Política (Evópoli) que congrega políticos de direita independentes da aliança entre UDI e RN. O Chile experimentou um crescimento desta bancada num momento em que o governo do esquerdista Partido Socialista (PS) retoma o poder reconduzindo a ex-presidente Bachelet ao Executivo nacional. O gráfico a seguir mostra a evolução da direita política ao longo tempo na Câmara dos Deputados chilena⁶.

⁵ Do ponto de vista cronológico o PSC não é exatamente uma nova direita. Fundado em 1985 o partido tem suas raízes na coligação eleitoral que elegeu Fernando Collor de Melo para a presidência da República. Apenas podemos classificá-lo desse modo dado o crescimento de sua bancada e de sua composição social não tradicional, formada por base neopentecostal (Codato et al. 2013).

⁶ A Câmara dos Deputados chilena conta com 120 membros e o Senado com 38.

Gráfico 2.



Fonte: Observatory of social and political elites of Brazil, <http://observatory-elites.org/>

A direita no Chile experimentou uma queda considerável durante os vinte anos em que o PS esteve no poder (1990-2010). Com a eleição de Piñera em 2010 sustentado pela “Coalición por el Cambio” (UDI, RN) a bancada de deputados de direita também cresce moderadamente e, surpreendentemente, continua deste modo, porém com mais intensidade ainda, quando o PS retoma o poder em 2014. Se, por um lado, podemos associar a queda da direita ao possível coattail effect presidencial, por outro, o mesmo não se repete na última eleição. Observa-se que, além do alto crescimento das agremiações tradicionais (UDI e RN), ocorre o surgimento de um novo partido, Evolución Política, que já na última eleição consegue angariar votos para desfrutar de uma cadeira representativa.

Se no Chile não temos evidência da mudança da composição social dos partidos de direita, como no Brasil, o surgimento de um novo partido desta posição ideológica ao lado do crescimento da direita histórica nos leva a procurar saber as explicações para a ocorrência destes fenômenos.

Na Argentina o peronismo e o Partido Judicialista são a maior força política desde os anos 1950. O partido conta com 137 cadeiras na Câmara dos Deputados, tomando conta de mais da metade dos 257 assentos disponíveis. A proporção alta de políticos e eleitores peronistas faz desta também sua maior fraqueza. Frequentemente o Partido Judicialista é dado como pouco coeso e ideologicamente frágil (Levitsky 2011). Porém, o domínio dos justicialistas deixa pouco espaço para o surgimento de forças ideologicamente robustas. O partido Propuesta Republicana (PRO) surge como uma tentativa de romper com a hegemonia dos judicialistas e como uma opção para aqueles que não creditam seu voto na esquerda argentina, monopolizada pela Unión Cívica Radical (UCR). O PRO, junto ao Partido Demócrata de Mendoza, são os únicos dois partidos de direita que possuem representação na Câmara dos Deputados da Argentina.

Em comum, tanto a direita argentina quanto a chilena tem entre seus principais pontos de defesa o liberalismo de mercado e o conservadorismo social (Oliveira & Benetti 2014). Contudo, a ascensão dos governos de esquerda no continente fizeram com que esses partidos retomassem sua força parlamentar e eleitoral, de modo que contam com um crescimento dos assentos nas câmaras baixas dos respectivos países.

Tabela1. Partidos de direita na
Cámara de Diputados de la
Nación Argentina, 2014

| Partido | Propuesta Republicana | Partido Demócrata |
|----------|----------------------------------|------------------------------|
| Bancada | 17 | 1 |
| Assentos | 257 | |

Fonte: Congresso Nacional da Argentina

Como podemos ver na tabela acima os partidos classificados como direita argentina possuem um peso eleitoral muito moderado. O Demócrata de Mendoza, apesar de ter um largo histórico (foi fundado em 1931), figurou sempre como um partido provincial e chega ao parlamento apenas recentemente ocupando uma única cadeira. Por outro lado, o PRO, fundado em 2010, representa uma direita dinâmica, preocupada com o avanço da esquerda no continente ao mesmo tempo em que assumem em seu programa os ganhos sociais trazidos por estes regimes. O partido surge na capital federal e nas últimas eleições consegue emplacar

uma quantidade surpreendente de cadeiras no Congreso de la Nación (17 na Cámara de Diputados e mais 3 na Cámara de Senadores).

Se os partidos tradicionais de direita continuam ainda presentes na política do Cone Sul da América Latina, é possível afirmar que os números apresentados instigam a compreender o surgimento destes novos partidos de direita, sua força eleitoral e suas bases sociais. Além disso, de que modo os partidos políticos tradicionais de direita sobrevivem nas arenas eleitoral e parlamentar – e crescem – mesmo diante do predomínio de duas décadas das esquerdas em Argentina, Brasil e Chile.

1.2. Revisão da literatura

Os partidos conservadores são definidos como aqueles compostos por representantes dos estratos econômicos e sociais superiores, porém capazes de mobilizar suporte eleitoral de todas as classes sociais dentro de um projeto político comum (Middlebrook, 2000, p. 3). A sua filiação ideológica não decorre somente de sua composição social, para evitar aquilo que Panebianco (2005) chamou de preconceito sociológico, mas também de sua agenda programática, do tipo de financiamento que o partido recebe, das condições para filiação e/ou ascensão no interior do partido e da autonomia da organização em relação às suas faces eleitoral e parlamentar.

A direita tradicional ou histórica, especialmente na América Latina, esteve sempre ligada à Igreja Católica como forma de recrutar integrantes e associar-se aos círculos de poder (Middlebrook 2000). Durante o século XIX os partidos políticos serviram aos propósitos de organizar as elites fragmentadas em agremiações regionais, cada uma com um modo diferente de atuação. No Brasil e na Argentina, os partidos conservadores conseguiram verem-se livres do domínio do clero, enquanto no Chile o catolicismo continuou a demarcar os conflitos entre Estado e igreja. A consequência é que encontramos no Chile partidos conservadores muito mais marcados ideologicamente do que nos outros dois países.

No período pós-ditatorial, Argentina, Brasil e Chile inauguram seus períodos democráticos com presidentes de oposição ao antigo regime. No Brasil, Fernando Collor foi eleito pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), hoje fundido ao Partido Trabalhista Cristão (PTC); na Argentina, Raul Afonsín foi eleito pela União Cívica Radical; e no Chile Patricio Aylwin, pelo Demócrata Cristão. Esse movimento inicial pode ser interpretado como o primeiro passo para a consolidação do regime democrático. A vitória política destes partidos mostra que o regime ditatorial perde força entre a população desses países. Com a consolidação democrática, o espaço para a disputa de agendas aumenta, criando condições

para que diferentes partidos ocupem faixas específicas do eleitorado de cada país. No Brasil, na Argentina e no Chile, forças de centro-esquerda ou esquerda assumem as Presidências quase simultaneamente e permanecem no poder (na Argentina e no Brasil) ou voltam a ele (caso do Chile). Assim, de que modo a direita se torna uma força eleitoral em crescimento quando estamos vivendo sob uma “era de progressismo”?

Em outros continentes a direita também tem apresentado avanços. Na Europa experimenta-se o retorno da extrema-direita à cena política (Norris 2005; Mudde 1996; Ennser 2010). Baseados em políticas anti-imigrantistas, os partidos europeus de extrema-direita renovam o discurso que já funcionou durante o nazismo e o fascismo. Não há uma explicação do tipo “cíclica” para essa retomada de cadeiras da direita⁷, mas parece haver um fato novo, a intensificação da imigração para a Europa.

Na América Latina o que se nota é que diferentemente de uma revitalização de sua antiga identidade, os partidos de direita que surgem agora incorporam algumas das agendas da esquerda e mantêm pontos tradicionais da direita. É aqui que entendemos, como hipótese, a configuração de uma nova direita nestes países, que acompanha a “velha”, mas está orientada para compor com o domínio da esquerda.

Mas por que “nova direita”?

Alves (2000, p.189) destaca que as fronteiras entre o que é nova direita, o que é velha direita, o conservadorismo, o neoliberalismo, extrema-direita, etc., são muitas vezes ignoradas ou pouco definidas. Nesse sentido, entendemos que nenhuma destas alcunhas se aplique ao caso em estamos propondo investigar. A nova direita na América Latina se refere a uma postura política que conserva elementos da direita tradicional, como por exemplo o neoliberalismo como modelo econômico e a preservação de preceitos morais como a centralidade da família tradicional como base da sociedade, o reconhecimento e aceitação das políticas sociais implementadas pela esquerda e a desvinculação política com os regimes ditatoriais que arbitraram os países estudados.

Para definir a ideologia à qual se filia um partido político, não é possível abrir mão de uma análise ao longo do tempo. Partidos conservadores no começo do século XX apoiaram o sufrágio universal na América Latina. Nos anos 1970 os partidos conservadores argentinos reagiam contra a liberalização dos mercados propondo medidas protecionistas. Ou seja, não é

⁷ Conforme as análises políticas que constam em:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/05/140526_eleicoes_ue_ms.shtml e

<http://www.portugues.rfi.fr/geral/20140525-extrema-direita-francesa-vence-eleicao-para-o-parlamento-europeu>

possível dizer que os partidos não redefinem seus objetivos programáticos. Os partidos, ao longo do tempo e conforme se institucionalizam, vão operacionalizando o que Panebianco (2005) chamou de “articulação dos fins”, isto é, adaptam-se, moldam-se à realidade que os cerca, mantendo ainda assim algumas características originais de sua fundação. Nesse sentido, os novos partidos de direita no Cone Sul estariam rearticulando seus fins de modo a encontrar sua base eleitoral e chegar ao poder para redefinir algumas políticas públicas. Assim, não é possível olhar apenas os novos partidos que acabam de surgir, mas é preciso estabelecer a diferença entre estes e os partidos que serviram de suporte para as ditaduras militares, com exceção da Argentina, onde se observa apenas o surgimento de novos partidos de direita visto que o regime militar não contou com apoio partidário específico.

O que quer então a nova direita?

Materializada nos três partidos recentemente criados (PSD no Brasil, PRO na Argentina e Evópoli no Chile) poderíamos tomar esses casos como a concretização de um projeto diferenciado dos ideais tradicionais de uma direita ligada ao mesmo tempo aos regimes militares (como DEM e PP, UDI e RN) e aos preceitos tradicionais cristãos de comportamento moral. O quadro abaixo dá subsídio para pensarmos que estes partidos possuem um pé na ideologia de livre mercado ao mesmo tempo em que apoiam políticas sociais.

Quadro 1. Temas programáticos e posicionamentos dos novos partidos de direita na América Latina⁸

| Issues | PRO (Argentina) | PSD (Brasil) | Evópoli (Chile) |
|----------------------|--|--|--|
| Liberdade de mercado | ...la libertad de poder desarrollar una empresa , la independencia de los poderes, no son abstracciones. | Defendemos a iniciativa e a propriedade privadas, a economia de mercado como o regime capaz de gerar riqueza e desenvolvimento, sem os quais não se erradica a pobreza. | El libre mercado y la subsidiariedad activa del Estado son los pilares de la libertad y la prosperidad material y moral de los pueblos. |
| Adesão democrática | Los que queremos un país abierto, pluralista, democrático , donde nadie concentre todo el poder, tenemos que participar, hacernos cargo de nuestro futuro. Y juntos vamos a liderar el cambio que necesita el país. | Somos, por convicção e princípio, contra cualquier tipo de censura, controle, restrição ou regulamentação da mídia. | El régimen político que mejor resguarda los fundamentos de la libertad es la democracia liberal , que combina el gobierno efectivo de las mayorías con la protección de los derechos de las minorías. |
| Políticas sociais | Donde el que menos tiene no esté condenado por el lugar donde nació, sino que puede aspirar a una vida completa , a su crecimiento y al de los suyos. Son reclamos y derechos ineludibles el acceso en igualdad de condiciones a la educación, a la salud, a la vivienda y al trabajo. | Apoiamos as políticas sociais aos que mais precisam do amparo do estado , e a necessidade de abrir as portas de entrada do emprego digno para esses cidadãos. Devemos isso ao Brasil que quer e precisa se modernizar, se tornar mais ágil, se libertar das impossibilidades e oferecer, de verdade, igualdade de oportunidade . | Posibilitar la igualdad de oportunidades exige establecer una opción preferencial por los niños y por las familias más necesitadas en las políticas públicas . |
| Novas agendas | | O PSD apoia e defende a preservação do meio ambiente como fator de sobrevivência do homem e da própria vida do planeta. É possível alargar as fronteiras da produção, de maneira sustentável e responsável. | La sustentabilidad medioambiental es ineludible para una sociedad justa y la sociedad civil es un actor clave en su preservación. Debe rechazarse todo tipo de discriminación arbitraria y promoverse la inclusión, la tolerancia y el respeto a la diversidad. |

Fonte: Observatory of social and political elites of Brazil, <http://observatory-elites.org/> a partir dos sites dos partidos: <http://pro.com.ar/>, <http://www.psd.org.br/> e <http://www.evopoli.cl/portal/>. Acesso em 14 jun. 2014.

O elemento que não aparece neste quadro é a questão do apego aos valores morais tradicionais. Isso fica claro se observamos a composição social desses novos partidos. O PSD conta com uma campanha em seu site contra a discriminação racial. Já o PRO é caracterizado por políticos ligados ao mercado financeiro, como o seu atual presidente Mauricio Macri, ao mesmo tempo em que defende a liberdade em todos os níveis. O Evópoli é ainda mais

⁸ É preciso dizer que as informações contidas nesse quadro são meramente ilustrativas. Não se trata de uma etapa da análise comparada, mas apenas uma sinalização empírica que suscita a hipótese de nosso trabalho.

evidente como representante de uma “direita liberal”, que defende o capitalismo, a igualdade de oportunidades ao mesmo tempo em que prega contra qualquer tipo de discriminação e a favor da preservação do meio ambiente. Por outro lado, em nenhum desses partidos aparecem questões centrais que têm permeado a moderna discussão política na América Latina. A descriminalização (ou direito) ao aborto, a participação feminina na política, o casamento igualitário, etc. são todas questões que ficam ausentes do debate dentre estes partidos. Assim, é preciso analisar as relações destes partidos com o ambiente – as organizações que circundam o partido – para desvendar a mobilização de viés nestas legendas.

Como se pode ler no Quadro 1, todos os três partidos têm seus fundamentos na liberdade de mercado, o que os difere dos partidos de esquerda. Enquanto a esquerda defende historicamente a maior intervenção do Estado na economia (Weyland et al. 2010; Levitsky & Roberts 2011), a direita sempre esteve associada às práticas do livre mercado. Desse ponto de vista, os novos partidos não apresentam novidade em relação ao praticado pela direita tradicional durante os anos 1980-1990. Por outro lado, há uma clara manifestação de apoio à democracia. Todos os três partidos se preocuparam em afirmar sua posição tolerante, democrática e se afastar do ranço que os tradicionais partidos de direita carregam por suas associações com as ditaduras militares nesses três países.

Há no PRO, no PSD e no Evópoli uma clara manifestação a favor de políticas sociais e de igualdade de oportunidades. O reconhecimento das políticas sociais poderia ser tomado como uma hipótese sobre sua principal diferença diante da direita tradicional a ser investigada. Enquanto a direita tradicional primou pela manutenção do status quo, pelas políticas que favoreceram os mais ricos, esse novo grupo político reconhece que não é possível governar sem olhar para os excluídos socialmente (e para seu respectivo peso eleitoral). Não concordam com uma política de inclusão social sistemática, visto que ainda defendem a superioridade mecanismos de mercado na produção da riqueza de vida para os cidadãos, mas sim estabelecer um pacto de igualdade de oportunidades. A aceitação da igualdade de oportunidades não deve ser traduzida como igualdade plena. Esse seria um elemento que separa estes partidos tanto da direita tradicional – onde a desigualdade é atávica –, quanto da esquerda tradicional, ligada ao socialismo como ideal humano. Por fim, é preciso notar que, frente a disposições ruralistas ou capital-especulativas que habitam a direita tradicional, essas novas legendas trazem consigo a proposta da implementação de uma agenda ambientalista – exceção ao PRO que não manifesta nenhuma nova agenda em sua carta de

princípios – reforçando a percepção de que essa temática ganhou força, pelo menos eleitoralmente, nos últimos anos⁹.

1.3. Objeto de estudo: a organização partidária

Não há na Ciência Política autores capazes de afirmar que seria possível a existência de uma democracia liberal sem que houvessem partidos políticos. Seja pela capacidade de canalização de interesses junto à sociedade, pela atuação eleitoral ou pela conformação da ação governativa, os partidos são sempre instituições das quais não se abre mão para explicar as cristalizações e as transformações políticas nas democracias contemporâneas.

O dístico das pesquisas norte-americanas (Schattschneider 1942; Epstein 1986) e europeias sobre partidos políticos (Duverger 1980; Crotty 1970; Michels 1927; Sartori 1980) manteve a primazia da sociologia política para a análise da sua organização; por outro lado, os especialistas sobre partidos políticos voltaram suas análises, durante os anos 1980-1990, e especialmente nos anos 1990, para o comportamento eleitoral destas instituições (Boix 2009), na linha do modelo de partido elaborado por Downs em 1957 (1999), baseado na teoria da escolha racional, na qual os partidos focariam suas ações em torno do objetivo de amealhar votos para permanecer no poder.

Em 1966, Kirchheimer (2012) apresenta o conceito de partido catch-all. Baseado na lógica racional, porém não economicista como em Downs, o modelo previa que os partidos de massa estavam em franco declínio diante do crescimento econômico e ampliação dos Estados de Bem-Estar Social na Europa Ocidental. Esse movimento desideologizou a disputa partidária, transformando os partidos em organizações fluídas interessadas em atrair a maior quantidade de eleitores possível. Contudo, com a publicação em inglês¹⁰ da obra de Angelo Panebianco (2005) o tema das organizações retoma a força perdida ao final dos anos 1990.

O modelo de Panebianco retoma as proposições da sociologia política de Michels, ou seja, está preocupado com o funcionamento interno dos partidos, da sua relação com o ambiente político, com o equilíbrio entre arena eleitoral, organizativa e legislativa e em

⁹ Para citar apenas exemplos do Brasil, foi recentemente criado o Partido Ecológico Nacional (PEN) e o Rede Sustentabilidade (ainda em processo de registro junto à justiça eleitoral) que podem ser classificados como partidos de nicho, que disputam votos de grupos de interesse específico, no caso a sustentabilidade e o meio-ambiente.

¹⁰ O livro de Panebianco é publicado em 1985 em italiano e em 1988 em inglês, pela Cambridge University Press. Em língua portuguesa a primeira edição é a referenciada, de 1995. Contudo, a obra leva ainda cerca de dez anos para ecoar na academia, de modo que a perspectiva organizacional retoma sua força com o debate sobre organização partidária travado por Richard Katz e Peter Mair em meados dos anos 1990.

termos gerais com a institucionalização partidária. Contudo, Panebianco dá um passo adiante em relação ao modelo *catch-all* de partido, modificando a terminologia de classificação para “*professional-electoral*”. As causas dessa mudança são a absorção do fenômeno levantado por Kirchheimer. Ao mesmo tempo em que os partidos se tornam entidades profissionalizadas, capazes ainda de institucionalizar práticas e valores através da sua burocracia (Amaral 2013) e a forma de se fazer propaganda política moderna, isso exige uma qualificação técnica que atenda a mudança do perfil de novos setores sociais.

Ainda na Europa, Katz e Mair (Katz & Mair 1995; Katz & Mair 1996; Katz & Mair 2011) lançam uma série de artigos que visa superar os modelos tradicionais de partidos tanto de Duverger, quanto de Kirchheimer e Panebianco. Segundo os autores, os partidos políticos estariam abandonando a proximidade com suas bases sociais e se aproximando do Estado a fim de buscar recursos. Esse movimento poderia ser notado pela crescente parlamentarização dos partidos políticos, pelo papel estatal de regulamentação da atividade partidária e pela crescente busca de cargos públicos como insumo de legitimidade partidária.

A literatura mais recente estabelece que esses modelos e seu caráter linear e evolutivo (partidos de massas, partidos *catch all*, profissionalizados, cartelizados) acabaram por criar amarras para a análise das realidades concretas. Gunther e Diamond (2003) tentaram criar uma tipologia que conseguisse abarcar uma variedade enorme de partidos, levando em conta as especificidades regionais, o tipo de sistema eleitoral, a ideologia e o caráter programático ou não dos partidos políticos. O problema desse modelo foi sua baixa operacionalidade. Já Wolinetz (2002) estabelece um modelo baseado no comportamento racional dos partidos políticos capaz de ser aplicado a diferentes contextos ao longo do tempo e do espaço. Para o autor, os partidos teriam três arenas de atuação¹¹: a pública ou governativa, a organizacional e a eleitoral. A combinação destas arenas em cada partido e o seu peso em diferentes momentos revelaria a natureza e mudança dos partidos ao longo do tempo.

Os partidos latino-americanos não passaram por esse movimento que a teoria previu (Ribeiro 2014)¹². Os partidos brasileiros, por exemplo, já nasceram no interior do Estado, sendo criados essencialmente para acomodar elites políticas regionais. A única exceção a este fenômeno seria o PT, partido de criação externa que sai da associação de vários movimentos fora do Parlamento (Roma 2006). Mesmo na Argentina e no Chile, os partidos políticos são

¹¹ Este modelo foi elaborado inicialmente por Katz e Mair (1995).

¹² Ribeiro afirma que os partidos políticos no Brasil parecem terem nascido “cartelizados”.

criados pelo conflito intra-elites e entre as elites políticas e a Igreja (Middlebrook 2000, p.31). Isso é ainda mais verdade para os partidos conservadores, onde nenhum deles possui origem diferente da interna ao Estado.

Estudos sobre partidos de esquerda, especialmente na América Latina, estão bastante consolidados (Amaral 2011; Amaral 2009; Ribeiro 2010; Weyland 2009; Weyland et al. 2010; Sawicki & Mathiot 1999; Lanzaro 2008; Panizza 2005). O privilégio de estudos sobre partidos de esquerda é a mesma para os modelos de partido europeus: os modelos de partidos que iniciam o debate organizacional cujas referências fundamentais são, como se sabe, Michels (1927) e Duverger (1980), foram inspirados na organização dos partidos socialistas e comunistas. Fretel (2011b; 2011a) afirma que os acadêmicos compraram esta ideia e tudo aquilo que não corresponde ao modelo de partido de massa – ou partido de integração, na terminologia americana – possui menor “pureza teórica” e é sistematicamente ignorado.

Partindo desse suposto, parece fácil associar o modelo de partidos de massa a organizações de esquerda (Fretel 2011b, p.321). Isso nem sempre é verdade. Partidos fascistas ou democratas cristãos apresentavam ideologia divergente da dos partidos esquerdistas, porém possuíam organizações centralizadas e ampla base social ao modo das agremiações de integração. Para resumir: não devemos nem tomar partidos de esquerda como sinônimos de partidos de massa, tampouco o modelo de partido de massa para estudar outros partidos que não os deste tipo específico. Como então abordar os partidos conservadores na América Latina?

Enquanto na Europa o contágio pela esquerda – transformação dos partidos de quadros em partidos de massa – previsto por Duverger parece ter ocorrido com algum sucesso até o surgimento da democracia de massa, na América Latina os partidos políticos operaram de forma diferente. Os partidos latino-americanos são associados frequentemente à sua alta dose de patronagem e personalismo, onde as lideranças políticas desempenham um papel central para a condução das atividades partidárias (Samuels 2003; Mainwaring & Torcal 2005). Em decorrência disso, se observa que as relações de poder nessas organizações passam por instâncias informais, onde a parte exposta do partido representa apenas a “ponta do iceberg” para análise dos mesmos (Helmke & Levitsky 2004).

É preciso então centrar fogo na dinâmica interna dos partidos, na sua organização, na forma com que os líderes operam a distribuição de recursos, com quais critérios indivíduos são excluídos e promovidos. Em partidos de esquerda, esses critérios são

manifestos. Em partidos de direita, sua associação com as ditaduras militares tem feito esses partidos possuir uma agenda programática de baixa exposição, relegando para o party in the ground a expressão de suas preferências e ideologia (Bolognesi 2013). Como então identificar estes partidos?

Segundo Ennsler (2010, p.153) para que possamos encontrar uma família de partidos políticos é preciso tomar por base quatro critérios: i) a origem dos partidos; ii) as ligações supranacionais; iii) a plataforma política e ideológica; e iv) o nome da legenda. Nos partidos que no propomos estudar não pretendemos cumprir todos esses critérios. Por mais que ocorra alguma semelhança em termos de nomes, como no caso dos Democratas (DEM) do Brasil e o Demócrata da Argentina, acreditamos que isso não passa de coincidência. O motivo: os partidos de direita manifestam pouco suas intenções em tornarem-se organizações internacionalizadas. O PSD, por exemplo, deixa claro em sua carta de princípios que “respeita a soberania nacional e defende este valor”. O mesmo ocorre com a UDI. Ou seja, enquanto partidos socialistas, comunistas, verdes, democratas cristãos possuem um projeto, uma causa ou uma instituição supranacional que os une, os partidos conservadores são unidos por outros laços.

Se o nome não é aquilo que une nossas unidades de análise, os outros critérios são cumpridos. São todos partidos de origem parlamentar, todos possuem o mesmo discurso (ao menos em sua face aparente) como apontado no quadro comparativo e todos têm em comum pontos ideológicos completamente afinados. Nesse sentido, pensamos que a comparação, como ponto de partida do desenho metodológico da pesquisa, seja o caminho acertado.

2. Qualificação do principal problema abordado

Acima, apresentamos os modelos teóricos de partidos políticos tendo em vista sua organização. Freidenberg e Levitsky (Freidenberg & Levitsky 2007) elaboram um modelo para o estudo dos partidos políticos da América Latina a partir de sua principal característica relacional: o informalismo. Baseados nas zonas de incerteza que compõem a organização partidária para Panebianco (2005), os autores adaptaram esse modelo com o fim de dar especificidade aos partidos que não passaram pelo “processo evolutivo” experimentado pelos partidos europeus.

O modelo seria composto pelas seguintes dimensões: i) regras e procedimentos internos; ii) processos de tomada de decisão; iii) o papel da burocracia; iv) a infraestrutura

local; v) os padrões de carreira no interior do partido; vi) as fronteiras organizativas; vii) critérios de filiação e atuação política da base; viii) as relações com organizações externas; e ix) o financiamento partidário.

Um indicador de informalidade nas relações partidárias se refere a quanto o partido é orientado por regras escritas (que são, em geral, previstas em seu estatuto). A discrepância entre o que está no estatuto e a prática dos líderes revelam relações de poder baseadas em personalismo e não no universalismo procedimental. Quanto à tomada de decisões, o partido detém o controle sobre este processo quando atores institucionais como colégio de delegados, congressos, executivas e diretórios detêm a palavra final. No momento em que líderes políticos, parlamentares sem cargo no partido ou organizações externas decidem, observa-se o enfraquecimento da legenda. Quando os partidos contam com profissionais remunerados, com formação técnica e funções específicas, temos organizações formais e organizadas. Na medida em que imperam generalistas, voluntários e profissionais sem qualificação, podemos observar partidos dotados de uma estrutura amadora e pouco burocratizada.

Do ponto de vista das decisões, quando as subunidades partidárias estão subordinadas ao comitê central, funcional e financeiramente, temos um partido organizado formalmente. Quando as subunidades possuem autonomia decisória e contam com fontes próprias de recursos, então a organização perde coesão. O mesmo ocorre quanto à cadeia de fluxo entre o exterior e interior do partido, da filiação de novos membros. Quando se encontram regras claras para adesão partidária, barreiras institucionais e impedimentos programáticos, os partidos estão longe de um modelo autônomo em relação ao ambiente político e seu território de atuação. Quando essa ligação é dinâmica, o partido fica à mercê das intempéries do ambiente político como crises de corrupção, reformas do sistema político ou desempenho governativo.

Quando a carreira interna do partido não está explícita formalmente e as promoções ocorrem por ligação com líderes ou por entrada de indivíduos alheios ao programa do partido, temos partidos com baixa profissionalização e pouco organizados. Já partidos que explicitam suas regras, que contam com padrões semelhantes de ascensão hierárquica e barram a entrada de indivíduos advindos de arenas não políticas (como as celebridades políticas, por exemplo), temos partidos fortemente organizados em termos de hierarquia funcional e administrativa. Em relação às filiações, os partidos formalmente organizados preveem normas explícitas para conduta de seus filiados, ditando os princípios do partido, orientações programáticas e comportamento eleitoral e legislativo.

Por fim, quanto ao financiamento e à participação de organizações externas os princípios são os mesmos. Organizações formais valorizam o respeito às regras claras de participação e envio de recursos, informando e prestando conta sobre quem participa, como e quem provê e quanto provê de recursos financeiros. Nos partidos baseados em informalismo, essas relações são dadas pela relação dos líderes com organizações de forma personalista.

O modelo acima apresentado (Freidenberg & Levitsky 2007) visa, num primeiro momento, a estruturação das dimensões da pesquisa a serem colocadas em prática. Após a coleta de dados é que poderemos avaliar o quanto essas nove dimensões apontam os partidos no sentido em que Wolinetz (Wolinetz 2002) estabelece. A combinação entre as dimensões nos revela não apenas a informalidade presente nos partidos, mas também para onde o partido direciona seus esforços: se para manter a base programática e realizar políticas públicas, se para vencer eleições e conquistar o maior número de cadeiras possível ou se para integrar os governos e arrecadar recursos do Estado¹³. As vantagens do modelo de Wolinetz são basicamente duas: ele é flexível do ponto de vista teórico, permite combinar dimensões e traçar o desenho do partido em relação a qualquer privilégio de arena que a organização direcione o partido.

| Modelos | (Freidenberg & Levitsky 2007) | (Wolinetz 2002) |
|---------------|---|--|
| O que observa | Dinâmica interna dos partidos | Comportamento racional dos partidos em três arenas de atuação |
| O que mede | O grau de formalismo e informalismo da organização | Natureza predominante dos partidos políticos |
| Variáveis | i) regras e procedimentos internos; ii) processos de tomada de decisão; iii) o papel da burocracia; iv) a infraestrutura local; v) os padrões de carreira no interior do partido; vi) as fronteiras organizativas; vii) critérios de filiação e atuação política da base; viii) as relações com organizações externas; e ix) o financiamento partidário | i) a pública ou governativa, ii) a organizacional e iii) a eleitoral |

¹³ Aqui cabem duas observações: i) as três dimensões não classificam os partidos unicamente, como propõe Katz e Mair (1995), mas os partidos podem ter em seu interior a combinação entre as três faces de modo mais ou menos equilibrado; e ii) a face party in the government é mais comum em sistemas parlamentaristas, onde a negociação pela composição do parlamento orienta as eleições, o que não é o caso de nenhum dos três países aqui abordados.

Dado o modelo acima, de que forma este se relaciona com nosso problema de pesquisa? Em primeiro lugar, é preciso que tenhamos ciência de que partidos políticos podem ser estudados privilegiando diferentes atores do sistema político. Podemos abordar os partidos tanto a partir dos eleitores que neles votam, quanto a partir dos legisladores que os representam. Nossa escolha aqui é entender o interior dos partidos, sua organização e distribuição de poder. Portanto, é preciso saber como se as fontes de poder e predomínio político no interior do partido ao mesmo tempo em que se possa classificar os partidos em relação aos output desse comportamento.

Não seria possível aceder ao objeto de pesquisa sem que não tivéssemos as variáveis e as hipóteses de como classificar estas organizações. Por exemplo, pensamos que, por conta do sistema eleitoral brasileiro, os partidos deste país devem estar preocupados em atender ao modelo vote-seeking, enquanto que os partidos chilenos, por outro lado, estejam mais envolvidos em manter a coesão organizativa para controlar a competição visto a baixa magnitude distrital.

Ou seja, apenas medindo a organização com variáveis concretas e, a partir dela, termos um tipo ideal de partido é que podemos saber de que modo são privilegiadas arenas de atuação, de que modo o sistema político é determinante ou de que modo a organização é capaz de contornar os determinantes ideológicos e sistêmicos.

2.1. Variáveis culturais, sistêmicas e os partidos na América Latina

É notável que experiências históricas sejam capazes de criar padrões de comportamento e conduta entre políticos e eleitores (Fiorina 2002). Nesse sentido, os três países objeto de análise possuem experiências históricas semelhantes. A passagem por ditaduras militares nas décadas de 1960 a 1980 criou um arquétipo da direita na América Latina. As variáveis culturais como personalismo, clientelismo e foco no poder Executivo colocam os partidos num papel de baixa relevância tanto no Brasil quanto na Argentina e no Chile.

O sistema de lista aberta no Brasil seria, dos três países, o mais pernicioso para partidos dotados de organização robusta. A lista aberta estimularia a competição interna e conduziria à competição entre candidatos. Para diferenciarem-se uns dos outros, a solução é o apelo à reputação pessoal (Samuels 2008; Mainwaring & Torcal 2005). Além disso, a alta magnitude eleitoral e o pluripartidarismo excessivo (32 partidos nominais e 11,8 efetivos parlamentares em 2014 na Câmara Baixa brasileira) levariam os parlamentares e candidatos a ignorar as orientações do partido.

Na Argentina, apesar do mesmo arcabouço histórico e semelhanças de cultura política, encontramos um sistema que se diferencia do Brasil apenas na fórmula de votação, contando com listas fechadas onde o eleitor manifesta apenas sua preferência no partido e não no candidato. Segundo a literatura (Barrientos 2010; Ames 1995) esse sistema de listas dotaria os partidos para maior controle sob seus membros. Isso resultaria em organizações partidárias mais robustas? Teoricamente, sim; se todos os partidos fossem baseados em regras formais. Contudo, é possível controlar representantes através de práticas clientelísticas e informais, daí o uso do modelo apresentado.

No Chile a grande vantagem seria o sistema de magnitude dois em todos os distritos ($M=2$). Mesmo com lista aberta, num sistema altamente competitivo os partidos comportar-se-iam no sentido de traçar estratégias claras, deixando pouca margem para individualismos por parte de seus candidatos e eleitos. Para tanto, os partidos teriam de se estruturarem e ter uma organização partidária fortalecida e dotada de menor informalismo do que seus pares.

Pensando num continuum comparativo, podemos imaginar que a organização dos partidos entre estes três países estaria associada, do Chile ao Brasil, passando pela Argentina, no sentido de diminuir o peso organizacional e aumentar o peso do informalismo. Essa seria a principal vantagem dos países e modelos adotados.



O ponto do debate é: se temos diferentes sistemas eleitorais, porém ideologia semelhante, apenas a organização partidária poderia nos revelar o que explica as relações de poder e de que modo estes partidos atuam na consolidação da democracia. Se encontrarmos mais diferenças do que semelhanças, é possível supor que os sistemas eleitorais sejam responsáveis por esse comportamento. No caso de nos depararmos com organizações homogêneas, a ideologia seria o fator de teste explicativo, seguindo a lógica dos fatores de teste de Rosenberg (1976).

3. Objetivos e metas a serem alcançadas

Sintetizamos aqui os objetivos **gerais** e **específicos** da proposta de pesquisa.

As legendas analisadas serão: no Brasil, Partido Progressista (PP), Partido Social Cristão (PSC), Partido da República (PR), Democratas (DEM), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e

Partido da Social Democracia (PSD); no Chile, Renovación Nacional (RN), Unión Demócrata Independiente (UDI) e Evópoli; na Argentina, Propuesta Republicana (PRO) e Demócrata de Mendoza.

Em termos gerais, os objetivos fundamentais são:

- i. Iniciar um estudo sistemático sobre partidos de direita na América Latina de forma comparada;
- ii. Construir um instrumento de coleta de dados que seja capaz de mensurar a **organização partidária** através do estudo de elites de partidos generalizável para toda América Latina;
- iii. Produzir evidências empíricas e consolidar informações sobre a vida partidária em um objeto parcamente explorado pela literatura;
- iv. É possível constatar de fato uma nova direita na região? Ou os partidos de direita estão todos mudando?¹⁴

Em termos específicos, as perguntas que nos propomos a responder a partir do estudo das agremiações políticas de direita no Cone Sul durante os anos de 2015 e 2016 são:

- i. É possível falar em uma organização partidária “típica” de partidos de direita nos países estudados ao mesmo modo em que os partidos de massa foram associados às agremiações de esquerda?
- ii. Se não é possível falar em uma organização partidária típica para a direita, é preciso rever a associação entre ideologia e organização?
- v. Se a ideologia não é causa para explicar as diferenças entre as organizações partidárias, então o que seria? O sistema eleitoral ou partidário (Martínez López 2009, p.58)?
- vi. É possível mensurar a organização partidária (unidade de análise) tomando como a unidade de observação as elites destes partidos?
- vii. Em que nível se dá a relação entre elites de partido e controle da máquina partidária?
- viii. Quais são os recursos possuídos por esses indivíduos que os habilitam a controlar a distribuição desigual de poder e incentivos no interior dos partidos?
- ix. É possível encontrar uma conexão entre organização partidária e composição social das lideranças de partido?

¹⁴ Daí a necessidade de estudar a nova e a antiga direita.

4. Proposições teóricas

Há algumas proposições que orientarão este estudo:

- I. Ao tomarmos em consideração o mesmo espectro ideológico, a organização dos partidos políticos tende a ser semelhante (Panebianco 2005);
- II. A organização dos partidos políticos guarda semelhanças também quando tomamos sistemas políticos diferentes, mas no mesmo ponto do tempo;
- III. A organização partidária pode ser revelada pela forma com que as elites partidárias controlam as zonas de incertezas nos partidos políticos (Panebianco 2005);
- IV. Organizações partidárias de direita devem ser encaradas não somente como uma alternativa política real, mas como um modelo teórico de análise dos partidos políticos ao redor do mundo (Fretel 2011b).

5. Metodologia

Trata-se, necessariamente, de uma pesquisa comparada. Não só pela partilha do instrumento e pela homogeneidade no recorte do objeto, mas essencialmente por seu método como fator de teste.

Ao comparar isolando a ideologia como critério de escolha dos casos, esperamos que as variáveis que compõem o sistema político possam nos servir de explicação para as possíveis diferenças entre os partidos. O tipo de sistema eleitoral, a institucionalização do sistema partidário (Daza 2005) e a relação dos partidos com o ambiente podem ser tomadas como causa da forma com que a direita se organiza nestes países, como determinantes do modo pelo qual as elites partidárias conservadoras controlam seus partidos políticos.

| variáveis independentes | fator de teste (interveniente) | variável dependente | os partidos | |
|--|--------------------------------|--|---------------|--------------|
| 1. tipo de sistema eleitoral | ideologia | Organização dos partidos de direita na Argentina, Brasil e Chile | Velha direita | Nova direita |
| 2. institucionalização do sistema partidário | | | DEM | PRO |
| 3. relação dos partidos com o ambiente | | | PP | Demócrata |
| | | | PSC | PSD |
| | | | PR | Evópoli |
| | | | PTB | |
| | | | UDI | |
| | | | RN | |

5.1. O método comparado

Comparar é controlar, compreender, explicar. Mas, como aponta Sartori (1994), comparar nos traz exatamente quais vantagens? Abandonando as possibilidades de explicações universalistas, o intuito da comparação se refere a testar leis que podem ser controladas de acordo com o aparato comparativo. Segundo John Stuart Mill, o aparato comparativo pode atender a dois critérios diferentes. O primeiro refere-se a comparar casos onde o fenômeno ocorre, mas em condições diferentes; o segundo em comparar condições diferentes onde o fenômeno ocorre. O segundo pode ser: comparar condições semelhantes onde um fenômeno ocorre (ou não) ocorre (Mill 1984). O uso do chamado método da concordância seria então o caso de nossa pesquisa, onde buscamos comparar um fenômeno comum – o ressurgimento da direita e seus novos atores – em sistemas políticos diferentes. Mesmo assumindo que o método das variações concomitantes possa ser o caso, já que seriam muitas as variáveis que poderiam explicar o fenômeno da “nova direita”, as semelhanças em termos das experiências políticas dadas pelos governos de esquerda nos três países nos deixa confortável para adotar o método da concordância.

O estudo comparativo de partidos políticos guarda ainda algumas especificidades. Especialmente no caso da América Latina, observamos que a informalidade (Helmke & Levitsky 2004) é um traço constante mesmo em países de sistema partidário mais estável como o Chile (Alenda & Sepúlveda 2009). Nesse sentido, o uso de técnicas como a de survey se mostra preciso e adequado. Os estatutos partidários nestes países dizem pouco sobre a organização e funcionamento dos mesmos. O comportamento eleitoral é dado em sua maioria por voto no candidato e não no reconhecimento de legendas (Nicolau 2006), o que dificulta a compreensão das lógicas partidárias de comportamento eleitoral que não revelem a organização do partido.

Vale ressaltar que a maior parte dos estudos comparativos na Ciência Política se encontra nas comparações de Estados Unidos e Europa com outros países, sendo poucos os trabalhos que destacam o método para compreensão da América Latina ou da África (Gonzalez 2008, p.03). A maior parte da teoria produzida sobre partidos políticos comparados encontra-se na Europa, onde a Ciência Política comparada acumulou maior peso para compreensão dos partidos políticos (Janda 1993). Assim, apesar de encontrarmos uma quantidade considerável de estudos sobre partidos na América Latina ou sobre sistemas

políticos entre estes países, existe pouca literatura que realize uma análise sistemática comparada entre partidos latino-americanos.

A fim de mensurar a organização partidária iremos elaborar um survey bilíngue, em português e espanhol, a ser aplicado junto às lideranças partidárias nacionais e regionais¹⁵ dos partidos objeto desta pesquisa.

O instrumento de coleta deve levar em conta que se trata de um construto metodológico (Rosenberg 1976) de modo que não sejam dispostas apenas perguntas aleatórias. É preciso que se invista teoricamente na construção do questionário tendo em vista a abordagem que pretendemos mobilizar para os partidos políticos. Desse modo, o questionário precisa ter presente tanto as especificidades conjunturais e culturais dos partidos em cada país, como o peso das relações informais de poder no interior das legendas, a forma de associação dos partidos com o Estado e com outras organizações que servem como fonte de recrutamento. Além disso, é relevante enfatizar o contexto comum: um ciclo de domínio da direita (anos 1980 e 1990) e, neste momento, da esquerda (anos 2000 e 2010) (Freidenberg & Levitsky 2007; Levitsky 1998; Amaral 2011; Alenda & Sepúlveda 2009)

6. Técnicas de pesquisa

A fim de cumprirmos com o objetivo de entrevistar os dirigentes partidários de Brasil, Chile e Argentina, os seguintes passos visam a cumprir com o rigor técnico e com a flexibilidade necessária para a execução de uma pesquisa comparada bilíngue:

- i. identificação dos **ocupantes** dos postos de liderança dos partidos políticos de direita em Brasil, Argentina e Chile desde a última convenção partidária de cada agremiação até o ano de 2015;
- ii. serão entrevistados todos os dirigentes dos partidos ocupantes dos cargos de: presidente da executiva nacional, vice(s)-presidente(s), secretário geral ou executivo, secretário de organização, tesoureiro e diretores de setoriais (jovem, mulher, movimentos sociais, rural, etc.);

¹⁵ A depender do país a lógica do sistema político exige que a metodologia seja flexível, seguindo as orientações de King, Keohane e Verba (2000). Especialmente em Argentina e Chile, os partidos em seus comitês regionais desfrutaram de poder decisório maior do que no caso brasileiro, onde as linhas gerais da organização partidária são dadas pelas comissões executivas nacionais.

- iii. o período de definição para ocupante de cargo obedecerá o seguinte critério: ter sido nomeado para a função na última convenção ou encontro do partido até o ano da entrevista, qual seja, 2015;
- iv. essas informações são de dois tipos:
 - a. **sociais**: processos de socialização das elites partidárias dentro e fora do partido;
 - b. **políticas**: variáveis que visam mensurar a organização partidária, sua dinâmica de poder, os critérios de promoção e distribuição de incentivos.

O survey será inicialmente composto pelos seguintes blocos de variáveis para coleta:

1. Identificação: questionário e respondente
2. Socialização política
3. Carreira partidária
4. Carreira política (cargos eletivos e não eletivos)
5. Captação e distribuição de recursos: financiamento e incentivos seletivos
6. Meios de comunicação
7. Lógicas de poder na hierarquia partidária
8. Relações com organizações externas

Para facilitar o processo de coleta tanto em relação ao tempo de duração e ao custo financeiro, utilizaremos o formato web-survey based de questionários onde os respondentes são entrevistados à distância através do apoio de softwares específicos para tanto.

Atualmente contamos com várias plataformas para aplicação de surveys on-line.

Contudo, pensamos que apenas duas atendem aos critérios acadêmicos: Survey Gizmo (<http://edu.surveygizmo.com/>) e SurveyMonkey (<http://www.surveymonkey.com/Default.aspx>).

Survey Gizmo nos parece uma plataforma com maior possibilidade de atender os critérios acadêmicos, como retorno codificado dos dados, aplicação de perguntas-filtro, possibilidade de acompanhamento on-line da coleta e layout adequado. Contudo, como é uma opção mais dispendiosa do que a segunda, deixamos ainda em aberto qual será a utilizada.

7. A viabilidade da pesquisa

Como se trata de uma pesquisa comparada, foi constituída uma equipe (detalhada abaixo) distribuída entre os três países e que conta com experiência no estudo dos casos específicos e que serão objetos da comparação. Nesse sentido, os pesquisadores de cada país

têm à disposição as ferramentas necessárias para a coleta dos dados e equipes dispostas a concretizar a pesquisa. Portanto, a cooperação internacional será o elemento chave para o refinamento do instrumento de coleta, acesso ao campo de pesquisa e interpretação dos resultados.

Em primeiro lugar, o survey será aplicado inteiramente on-line, de modo que não se faz necessária a ida de entrevistadores para aplicar questionários. O uso desse tipo de ferramentas tem crescido em todo mundo acadêmico, de modo que já foram testadas soluções para contornar os problemas de web-based surveys (Heerwegh et al. 2007; Johnston 2009).

Em segundo lugar, contamos com a possibilidade de bolsas de iniciação científica para alunos interessados em auxiliar na pesquisa. O coordenador desta pesquisa já submeteu ao CNPq proposta de Iniciação Científica junto à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) para tal.

Além desses recursos, a equipe conta com colaboradores e pesquisadores que dominam amplamente o assunto em cada um de seus países. A equipe foi montada de modo que se possa integrar o conhecimento que cada um acumulou ao longo dos anos.

8. Principais contribuições científicas da proposta

Produtos científicos esperados ao final do projeto de pesquisa:

- 1) **Trabalhos de conclusão de curso** (Graduação em Ciências Sociais): dois estudantes de graduação em Ciências Sociais cooperarão com a pesquisa e realizarão suas monografias dentro do mesmo tema. Esses estudantes transformarão suas investigações em projetos de mestrado;
- 2) **Dissertações de mestrado**: ao menos uma dissertação de mestrado em Ciência Política deverá ser defendida nesse mesmo tema de pesquisa ao longo dos dois anos de vigência do projeto, inclusive lançando mão dos mesmos dados;
- 3) **Tese de doutorado**: no curso desse projeto, uma tese de doutorado será defendida sobre temática relacionada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR;
- 4) **Comunicações de pesquisa em congressos científicos**: apresentação dos resultados de pesquisa em congressos científicos (ANPOCS, ABCP, SAAP, ACCP, ALACIP, LASA, IPSA);

5) **Artigos científicos:** produção de textos acadêmicos a serem encaminhados para publicação em periódicos especializados. Espera-se a publicação de quatro artigos sempre em coautoria com autores brasileiros e autores das universidades de Argentina e Chile;

6) **Seminários:** serão realizados três seminários abertos ao público acadêmico em geral a fim de discutir os resultados parciais e finais desta pesquisa, bem como suas implicações metodológicas e matrizes teóricas;

7) **Livros:** será editado um livro no curso desse projeto, compilando estudos do coordenador e dos colaboradores sobre i) partidos políticos conservadores em Brasil, Argentina e Chile; e ii) estudos comparados de organização partidária;

8) **Bancos de dados:** consolidação de banco de dados a ser colocado à disposição da comunidade acadêmica através do Consórcio de Informações Sociais (CIS) da ANPOCS/USP.

9. Orçamento Detalhado

O quadro abaixo apresenta os principais materiais de consumo e de capital que são fundamentais para a execução do projeto.

Logo abaixo, podemos encontrar o detalhamento de cada item presente no quadro.

| Orçamento Resumido | | | | |
|--------------------------|------------|----------------------------|----------------|---------------|
| | Quantidade | Descrição | Valor Unitário | Total |
| 1. Serviços de terceiros | * | Serviços diversos | * | R\$ 17.000,00 |
| 2. Diárias no País | 30 | Diárias para Curitiba - PR | R\$ 200,60 | R\$ 6.018,00 |
| 3. Passagens Aéreas | 10 | Passagens Aéreas Diversas | R\$ 600,00 | R\$ 6.000,00 |
| 4. Licença SPSS | 01 | SPSS Statistics Premium | R\$ 1.900,00 | R\$ 1.900,00 |
| | | | TOTAL | R\$ 29.018,00 |

As diárias são necessárias especialmente para a cidade de Curitiba, cidade que serve como ponto central para as reuniões de pesquisa, já que membros de outras universidades e países virão para as reuniões. Estes pesquisadores de outras instituições que fazem parte do projeto serão convidados para debater dados, resultados parciais e metodologia, necessitarão de financiamento para deslocamentos em funções de reuniões de trabalho e eventos científicos.

O mesmo motivo citado acima para as diárias, prevemos um valor médio de passagens aéreas para a cidade de Curitiba a partir de outras cidades, estados e países com os quais temos colaboração de pesquisa.

A maior parte dos gastos previstos neste orçamento se destina a serviço de terceiros que serão contratados para a coleta e tabulação dos dados e consultoria estatística. Além disso, podemos utilizar serviços de terceiros para operações técnicas como revisão e tradução de futuras publicações.

10. Cronograma físico-financeiro

Cronograma Físico-Financeiro – EXECUÇÃO PREVISTA PARA 24 MESES

| | 1° Trimestre 2015 | 2° Trimestre 2015 | 3° Trimestre 2015 | 4° Trimestre 2015 | 1° Trimestre 2016 | 2° Trimestre 2016 | 3° Trimestre 2016 | 4° Trimestre 2016 |
|---|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Implementação da Proposta | | | | | | | | |
| Reunião Interna do Projeto | | | | | | | | |
| Formatação do questionário | | | | | | | | |
| Pré-teste | | | | | | | | |
| Início da coleta dos dados | | | | | | | | |
| Utilização de Diárias | | | | | | | | |
| Utilização de Passagens Aéreas | | | | | | | | |
| Submissão a Eventos Científicos | | | | | | | | |
| Apresentação de Resultados Parciais | | | | | | | | |
| Reunião Científica com colaboradores externos | | | | | | | | |
| Contratação de Serviços de Terceiros | | | | | | | | |
| Defesa Monografia Graduação | | | | | | | | |
| Submissão de Artigos em Periódicos | | | | | | | | |
| Defesa Dissertação | | | | | | | | |
| Qualificação de Tese Doutorado | | | | | | | | |
| Consolidação da base de dados | | | | | | | | |
| Apresentação de Resultados Finais | | | | | | | | |
| Entrega de Relatório Final | | | | | | | | |

[Digite texto]

11. Identificação dos demais participantes do projeto

1) Adriano Nervo Codato: graduado em Ciências Sociais (com ênfase em Ciência Política), Mestre em Ciência Política e Doutor em Ciência Política, sempre pela UNICAMP. Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR) desde 1992, é fundador e editor da Revista de Sociologia e Política (www.scielo.br/rsocp) e um dos coordenadores do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da UFPR. Atua no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas na UFPR. Coordena o projeto PROCAD/Capes Composição e recomposição de grupos dirigentes no Nordeste e no Sul do Brasil: uma abordagem comparativa e interdisciplinar (2010-2014). Atualmente, dedica-se ao estudo dos processos de recrutamento da classe política brasileira e coordena O observatório de elites políticas e sociais do Brasil (<http://observatory-elites.org/>). Integra a Comissão da Memória e da Verdade da UFPR; integra o Grupo de Trabalho El Estado en América Latina, da Clacso; e coordena o Seminário Temático da ANPOCS Elites e Espaços de Poder.

2) Renato Monseff Perissinotto: concluiu o doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas em 1997. Atualmente é professor da Universidade Federal do Paraná. É co-editor da Revista de Sociologia e Política (A2) e co-coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (UFPR). É professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR e professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma universidade. Pesquisa e publica fundamentalmente na área de sociologia política das elites (recrutamento político-partidário, perfil das elites políticas e estatais, relação entre elites e decisão política). Entre 2011-2012 fez o seu pós-doutorado no Latin American Centre, na Oxford University, como Visiting Researcher, com bolsa do CNPq, quando desenvolveu projeto de pesquisa sobre elites estatais e industrialização no Brasil e na Argentina, entre 1930 e 1966. Em 2012, recebeu o prêmio de melhor obra científica, da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, concedido ao livro “Marxismo como Ciência Social”, em co-autoria com Adriano Codato.

3) Luciana Fernandes Veiga: Possui mestrado e doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2001) e pós-doutorado em Ciência Política pela Universidade da Califórnia - Irvine, 2013. Visiting Scholar em York University, em 2010. Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Paraná - UFPR, atuando no curso de graduação em Ciências Sociais, nos programas de Pós-Graduação de Ciência Política e de Sociologia; pesquisadora colaboradora do Laboratório de Comunicação Política e Opinião Pública do IESP e membro do conselho consultivo do Centro de Estudos de Opinião Pública - CESOP/Unicamp. Membro do Conselho Executivo da Associação Latino Americana de Ciência Política - ALACIP. No passado, foi coordenadora do curso de Mestrado em Ciência Política da UFPR (2011 e 2012), após ser vice coordenadora do curso (2008-2010); diretora/ secretaria adjunta da Associação Brasileira de Ciência Política (2010-2012), após ser membro do conselho fiscal (2008-2010) da mesma associação; presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política - Compolitica (2011-2013); vice-coordenadora do Grupo de Trabalho Partidos e Sistemas Partidários - Anpocs (2007 a 2011). Tem experiência e artigos publicados na área de Ciência Política, com ênfase em Comportamento Político, atuando principalmente nos seguintes temas: comportamento político, opinião pública, políticas públicas, partidos políticos e pesquisa qualitativa.

4) Stéphanie Alenda: Directora de la Escuela de Sociología de la Universidad Andrés Bello, con sede en Santiago y Viña del Mar, y profesora del doctorado en Ciencias Sociales de la Universidad de Chile. Doctora en Sociología de la Universidad de Lille 1 (Francia), con un post-doctorado del Ministerio de Relaciones Exteriores francés. Magíster (DEA) en Sociología en l'École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de París. He sido editora de la revista Política del Instituto de Asuntos Públicos de la Universidad de Chile (2003-2009), y he dirigido seguidamente diversos proyectos de investigación tanto nacionales como internacionales (FONDECYT, ECOS-CONICYT, CNRS-CONICYT, VID-U. de Chile, NÚCLEO-UNAB), en el ámbito de la sociología de la militancia y acción colectiva.

5) Gabriel Vommaro: es Investigador del CONICET, Investigador-docente en la Universidad Nacional de General Sarmiento (Instituto del Desarrollo Humano, Area de Estudios Políticos) y docente de posgrado en la misma Universidad. Actualmente es coordinador de la Carrera de Estudios Políticos y del Area de Política del IDH, UNGS. Ha realizado su doctorado en Sociología en la Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, con sede en el Centre de Sociologie Européenne.

6) Oswaldo Martins Estanislau Amaral - é graduado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestre em Ciências Sociais na área de Política pela mesma instituição e doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Em 2008, cumpriu estágio de doutoramento com financiamento da Capes no Latin American Centre / Brazilian Studies Programme (LAC/BSP) da University of Oxford. Em 2011, retornou ao LAC/BSP como pesquisador-visitante com financiamento da ESPM-SP. Atualmente, é professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp e coordenador do Grupo de Investigación de Partidos y Sistemas de Partidos en América Latina (Gipsal) da Associação Latinoamericana de Ciência Política (Alacip).

7) Soraia Marcelino Vieira: Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2002) e mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (2006). Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do estado do Rio de Janeiro (2012), foi bolsista do CNPQ e bolsista de doutorado sanduíche CAPES-Fundação Carolina na Universidade de Salamanca. Atualmente é bolsista de apoio acadêmico da FAPERJ na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e professora adjunta na Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Comportamento Político e Atitudes e Ideologias Políticas e Relação Estado Sociedade.

8) Pedro José Floriano Ribeiro: Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (2008), com doutorado-sanduíche na Universidade de Salamanca / Instituto de Iberoamérica. Sua tese de doutorado recebeu o Prêmio CAPES de Teses 2009, e foi publicada pela EdUFSCar/FAPESP. Foi professor de Ciência Política da Universidade Federal de Goiás (2009-2010), e hoje é docente da Universidade Federal de São Carlos, integrando seu Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol). Coordena na UFSCar o Centro de Estudos de Partidos Políticos (CEPP), com financiamento da FAPESP, e é colunista eventual da seção de política do Jornal Valor Econômico. Realiza suas pesquisas nas áreas de partidos políticos (ênfase nas organizações partidárias), eleições e comportamento político.

8) Lucas Massimo Tonial Antunes de Souza: doutorando em ciência política na UFPR e editor executivo da Revista de Sociologia e Política. Atualmente pesquisa o recrutamento político entre os parlamentares, com foco nos senadores brasileiros durante a primeira república (1889-1930), mas também possui publicações recentes acerca da produção

bibliográfica brasileira sobre a implantação das reformas orientadas para o mercado, durante a década de 1990.

9) Luiz Domingos Costa: estudante de doutorado em Ciência Política na UFPR. Mestre em Ciência Política pela UNICAMP, possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente é professor Centro Universitário UNINTER, nos cursos de Ciência Política, Relações Internacionais e Direito; pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira - UFPR. Tem experiência em pesquisa sobre elites políticas, poder legislativo, carreiras políticas e profissionalização política.

10) Mariana Werner Lemos: Atualmente é Mestranda no Programa Pós-graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná, graduada em Ciência Política pelo Centro Universitário Internacional Uninter. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atuação em pesquisa de elites políticas, principalmente nos seguintes temas: partidos políticos, recrutamento parlamentar, composição social e carreiras políticas.

12. Indicação de colaborações ou parcerias já estabelecidas com outros centros de pesquisa da área

- Universidad Nacional de General Sarmiento, Buenos Aires, Argentina (Dr. Gabriel Vommaro)
- Universidade Nacional Andrés Bello, Santiago, Chile (Dra. Stéphanie Alenda)
- Universidade de Campinas (Dr. Oswaldo E. Amaral)
- Universidade Federal Fluminense (Dra. Soraia Marcelino Vieira)
- Universidade Federal do Paraná (Dr. Adriano Nervo Codato e Dr. Renato Monseff Perissinotto)
- Universidade Federal de São Carlos (Dr. Pedro José Floriano Ribeiro)

13. Disponibilidade efetiva de infraestrutura e de apoio técnico para o desenvolvimento do projeto

Na **Universidade Federal da Integração Latino-Americana** contamos com:

- i) uma sala de reuniões junto ao Parque Tecnológico Itaipu onde os integrantes da pesquisa podem conduzir os debates relativos à condução da pesquisa e à teoria mobilizada para a coleta e análise dos dados;
- ii) um computador IBM com acesso à internet para que bolsistas possam realizar suas atividades de pesquisa;
- iii) impressora e telefone, disponível para pesquisadores;
- iv) o acervo da biblioteca da Unila e também ao acervo da biblioteca Paulo Freire

Na **Universidade Federal do Paraná** contamos com:

- i) uma sala de conferências no Departamento de Ciências Sociais da UFPR, que será utilizada para conferências, seminários e apresentação dos resultados parciais de pesquisa;

- ii) três computadores padrão IBM PC com acesso à internet;
- iii) aparelho de telefone e fax, com uso disponível aos pesquisadores;
- iv) acesso à biblioteca de Ciências Humanas da UFPR, das bibliotecas pessoais dos coordenadores e outras bibliotecas particulares para dar início aos debates sobre a construção da pesquisa.

Na **Universidade Nacional de General Sarmiento** contamos com:

- i) uma sala de reuniões para atividades da pesquisa e de bolsistas relacionados;
- ii) acesso à biblioteca da UNGS;
- iii) computador disponível para pesquisadores e bolsistas;

Na **Universidade Nacional de Andrés Bello** contamos com:

- iv) uma sala de reuniões para atividades da pesquisa e de bolsistas relacionados;
- v) acesso à biblioteca da Universidade;
- vi) computador disponível para pesquisadores e bolsistas;

14. Referências

- Alenda, S. & Sepúlveda, J.I., 2009. Pensar el cambio en las organizaciones partidistas: perfiles dirigenciales y trayectorias de moderación en la Concertación e la Alianza. In G. De La Fuente et al., eds. *Economía, Instituciones y Política en Chile*. Santiago: SEGPRES, pp. 135–180.
- Alves, M.T.G., 2000. Conteúdos Ideológicos da Nova Direita no Município de São Paulo: análise de surveys. *Opinião Pública*, VI(2), pp.187–225.
- Amaral, O., 2011. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. *Opinião Pública*, 17(1), pp.1–44.
- Amaral, O.E., 2009. The Workers ' Party during Lula ' s government. , (May).
- Amaral, O.E. do, 2013. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. *Revista Debates*, 7(2), pp.11–32.
- Ames, B., 1995. Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation. *American Journal of Political Science*, 39(2), pp.406–433.
- Barrientos, M., 2010. Intentando derrumbar mitos: partidos y sistemas electorales en Argentina y Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, 1(2), pp.241–264.
- Boix, C., 2009. The emergence of parties and party sustems. In S. C. Stokes, J. S. Saden, & C. Boix, eds. *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford: Oxford Handbooks Online, pp. 499–521.
- Bolognesi, B., 2013. A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. *Revista de Sociologia e Política*, 21(46), pp.45–68.

- Braga, M. do S.S. & Bolognesi, B., 2013. Apresentação dossiê Recrutamento Político e Seleção de Candidatos. *Revista de Sociologia e Política*, 21(45), pp.7–11.
- Cleary, M.R., 2006. A “ Left Turn ” in Latin America? Explaining the left’s resurgence. *Journal of Democracy*, 17(4), pp.35–49.
- Codato, A., Costa, L.D. & Cervi, E.U., 2013. A direita brasileira em perspectiva histórica: uma socioanálise dos partidos de direita e dos seus políticos da democracia populista à democracia liberal (1945-2010). In 37º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Águas de Lindoia - SP.
- Crotty, W.J., 1970. A Perspective for the Comparative Analysis of Political Parties. *Comparative Political Studies*, 3(3), pp.267–296. Available at: <http://cps.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/001041407000300301> [Accessed April 24, 2014].
- Daza, J.D., 2005. La institucionalización partidista: una propuesta de abordaje de las estructuras organizativas partidistas. *Estudios Políticos*, (27), pp.103–127.
- Downs, A., 1999. *Um teoria econômica da democracia*, São Paulo: Edusp.
- Duverger, M., 1980. *Os Partidos Políticos*, Brasília: Editora UnB.
- Ennsner, L., 2010. The homogeneity of West European party families: The radical right in comparative perspective. *Party Politics*, 18(2), pp.151–171.
- Epstein, L.D., 1986. *Political Parties in the American Mold*, Madison: University of Wisconsin Press.
- Fiorina, M.P., 2002. Parties and partisanship: a 40-year retrospective. *Political Behavior*, 24(2), pp.93–115.
- Freidenberg, F. & Levitsky, S., 2007. Organización informal de los partidos en América Latina. *Desarrollo Económico*, 46(184), pp.539–568.
- Fretel, J., 2011a. La sociología de los partidos políticos bajo el prisma de la derecha francesa. *Revista de Sociología*, (25), pp.55–74.
- Fretel, J., 2011b. Qual sociologia para o estudo dos partidos políticos conservadores? *Revista Brasileira de Ciência Política*, (5), pp.321–349. Available at: http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/60610_6971.PDF [Accessed August 30, 2012].
- Gonzalez, R.S., 2008. O Método Comparativo e a Ciência Política. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 2(1), pp.1–20.
- Gunther, R. & Diamond, L., 2003. Species of Political Parties: A New Typology. *Party Politics*, 9(2), pp.167–199. Available at: <http://ppq.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/13540688030092003> [Accessed March 27, 2014].
- Heerwegh, D., Abts, K. & Loosveldt, G., 2007. Minimizing survey refusal and noncontact rates : do our efforts pay off? *Survey Research Methods*, 1(1), pp.3–10.
- Helmke, G. & Levitsky, S., 2004. Informal Institutions and Comparative Politics: A Research Agenda. *Perspectives on Politics*, 2(04), pp.725–740. Available at: http://www.journals.cambridge.org/abstract_S1537592704040472.

- Hershberg, E. & Cameron, M., 2010. *Latin America's Left Turns: politics, policies and trajectories of change*, Boulder: Lynne Rienner.
- Janda, K., 1993. *Comparative Political Parties: Research and Theory*. In *American Political Science Association, ed. Political Science: The State of the Discipline II*. Washington, D.C., pp. 163–191.
- Johnston, R., 2009. *Survey Methodology*. In D. Collier & B. H. E., eds. *The Oxford Handbook of Political Methodology*. Oxford: Oxford University Press, pp. 384–403.
- Katz, R.S. & Mair, P., 1996. *Cadre, Catch-All or Cartel?: A Rejoinder*. *Party Politics*, 2(4), pp.525–534. Available at: <http://ppq.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1354068896002004005> [Accessed April 9, 2014].
- Katz, R.S. & Mair, P., 1995. *Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party*. *Party Politics*, 1(1), pp.5–28. Available at: <http://ppq.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1354068895001001001> [Accessed March 20, 2014].
- Katz, R.S. & Mair, P., 2011. *Parties, interest groups and cartels: A comment*. *Party Politics*, 18(1), pp.107–111. Available at: <http://ppq.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1354068811422644> [Accessed April 24, 2014].
- King, G., Keohane, R.O. & Verba, S., 2000. *El diseño de la investigación social. La inferencia científica en los estudios cualitativos*, Madrid: Alianza Editorial.
- Kirchheimer, O., 2012. *A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (7), pp.349–385. Available at: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522012000100014&script=sci_arttext [Accessed August 30, 2012].
- Lanzaro, J., 2008. *La socialdemocracia criolla*. *Nueva Sociedad*, (217), pp.40–58.
- Levitsky, S., 1998. *Institutionalization and Peronism: the concept, the case and the case for unpacking the concept*. *Party Politics*, 4(1), pp.77–92.
- Levitsky, S., 2011. *Organization and Labor-Based Party Adaptation: The Transformation of Argentine Peronism in Comparative Perspective*. *World Politics*, 54(01), pp.27–56. Available at: http://www.journals.cambridge.org/abstract_S004388710001594X [Accessed April 24, 2014].
- Levitsky, S. & Roberts, K., 2011. *The Resurgence of the Latin American Left*, Baltimore: Johns Hopkins.
- Madeira, R.M. & Tarouco, G. da S., 2011. *Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual*. *Revista Pós Ciências Sociais*, 8(15), pp.1–25.
- Mainwaring, S. & Torcal, M., 2005. *Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização*. *Opinião Pública*, XI(2), pp.249–286.
- Martínez López, V.H., 2009. *Partidos políticos: un ejercicio de clasificación teórica*. *Perfiles Latinoamericanos*, (33), pp.39–64. Available at: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/115/11511582002.pdf> [Accessed August 30, 2012].
- Michels, R., 1927. *Some reflections on the sociological character of political parties*. *The American Political Science Review*, 21(4), pp.753–772.

- Middlebrook, K.J., 2000. Conservative Parties, Elites Representation and Democracy in Latin America. In K. J. Middlebrook, ed. *Conservative parties, the right and democracy in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkin University Press, pp. 1–52.
- Mill, J.S., 1984. *Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva*, São Paulo: Abril Cultural.
- Mudde, C., 1996. The Paradox of the Anti-Party Party: Insights from the Extreme Right. *Party Politics*, 2(2), pp.265–276. Available at: <http://ppq.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1354068896002002006> [Accessed April 24, 2014].
- Nicolau, J., 2006. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, 49(4), pp.689–720.
- Norris, P., 2005. *Radical Right: voters and parties in the electoral market*, New York: Cambridge University Press.
- Oliveira, T. & Benetti, P., 2014. As novas direitas sul-americanas: análise das experiências chilena e colombiana. *Observador On-line*, 9(1), pp.1–27.
- Panebianco, A., 2005. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*, São Paulo: Martins Fontes.
- Panizza, F., 2005. Unarmed Utopia Revisited: The Resurgence of Left-of-Centre Politics in Latin America. *Political Studies*, 53(4), pp.716–734. Available at: <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1467-9248.2005.00553.x>.
- Reid, M., 2007. *Forgotten Continent: the battle for Latin America's soul*, New Haven: Yale University Press.
- Ribeiro, P.F., 2010. *As estruturas decisórias dos maiores partidos brasileiros em perspectiva comparada*, Recife.
- Ribeiro, P.F., 2014. *What Do These People Want? Membership and Activism in Brazilian Political Parties*, Salamanca.
- Roma, C., 2006. Organizaciones de partido en Brasil: el PT y el PSDB bajo perspectiva comparada. *América Latina Hoy*, 44, pp.153–184. Available at: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Organizaciones+de+partido+n+Brasil:+el+PT+y+el+PSDB+bajo+perspectiva+comparada#0> [Accessed August 30, 2012].
- Rosenberg, M., 1976. *A lógica na análise do levantamento de dados*, São Paulo: Cultrix - Ed. da Universidade de São Paulo.
- Samuels, D., 2003. *Ambition, Federalism and Legislative Politics in Brazil*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Samuels, D., 2008. Political Ambition, Candidate Recruitment and Legislative Politics in Brazil. In *Pathways to Power Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America*. University Park: The Pennsylvania State University Press, pp. 76–91.
- Sartori, G., 1994. Comparación y método comparativo. In G. Sartori & L. Morlino, eds. *La Comparación en las Ciencias Sociales*. Madrid: Alianza Editorial, pp. 29–50.

- Sartori, G., 1980. *Partidos y sistemas de partidos*, Madrid: Alianza Editorial.
- Sawicki, F. & Mathiot, P., 1999. Les membres des cabinets ministériels socialistes en France (1981-1993) : recrutement et reconversion. 1) Caractéristiques sociales et filières de recrutement. *Revue française de science politique*, 49(1), pp.3–30.
- Schattschneider, E., 1942. *Party government*, New York: Holt, Rinehart and Wilston.
- Silva, F.P. da, 2011. *Vitórias na crise - trajetórias das esquerdas* 1a. ed., Rio de Janeiro: Ponteio.
- Weyland, K., 2009. The Rise of Latin America 's Two Lefts Insights. *Comparative Politics*, 41(2), pp.145–164.
- Weyland, K., Madrid, R. & Hunter, W., 2010. *Leftists Governments in Latin America*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Wolinetz, S.B., 2002. Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies. In R. Ghunter, J. Montero, & J. Linz, eds. *Political Parties: old concepts, new challenges*. Oxford: Oxford University Press, pp. 136–165.
- Zucco, C.J., 2009. *Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos politicos brasileiros*, Oxford.